BRASILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CURRÍCULO, CULTURA POPULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

TATIANE GOMES ALMEIDA SIPRIANO

RESUMO
A construção de um projeto pedagógico anual voltado à brasilidade na Educação Infantil constitui uma estratégia potente para fortalecer identidades, pertencimentos e repertórios culturais desde a primeira infância. Este artigo discute fundamentos teórico-metodológicos e possibilidades de práticas pedagógicas que valorizem manifestações culturais brasileiras com ênfase em expressões como samba, dança, estética das cores, artes visuais e cultura popular articulando tais experiências às orientações curriculares e ao marco legal da educação brasileira. Parte-se do pressuposto de que a cultura não é adereço do currículo, mas dimensão constitutiva do desenvolvimento infantil e do direito à educação, devendo ser garantida por propostas intencionais, diversas e eticamente comprometidas com a pluralidade. Nesse sentido, a Educação Infantil é compreendida como campo de experiências no qual brincadeira, interação e linguagem simbólica estruturam processos de aprendizagem e desenvolvimento, permitindo que a criança acesse, ressignifique e recrie referências culturais do território. A discussão dialoga com contribuições da sociologia e antropologia da cultura, bem como com a perspectiva histórico-cultural, ao defender que repertórios culturais se constroem em práticas sociais mediadas e em ambientes educativos que reconhecem as infâncias como produtoras de cultura. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com análise de diretrizes curriculares nacionais e referenciais municipais, propondo encaminhamentos pedagógicos para projetos anuais baseados em investigação do território, curadoria cultural, participação das famílias e organização de ambientes. Conclui-se que trabalhar brasilidade na Educação Infantil implica planejar experiências estéticas e corporais, promover escuta sensível e garantir diversidade cultural, enfrentando reducionismos folclorizantes e estereótipos, de modo a assegurar uma educação democrática e culturalmente situada.

PALAVRAS-CHAVE: Brasilidade; Educação Infantil; Cultura; Currículo; Projeto pedagógico.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, ocupa lugar central na constituição dos processos de desenvolvimento, socialização e formação cultural das crianças, assumindo papel decisivo na construção de identidades, pertencimentos e repertórios simbólicos. Nesse contexto, a incorporação da cultura brasileira como eixo estruturante das práticas pedagógicas revela-se não apenas pertinente, mas necessária para a garantia do direito à educação integral, conforme previsto na legislação educacional brasileira e nos documentos curriculares orientadores. A infância, compreendida como etapa singular do desenvolvimento humano, constitui-se em território privilegiado para o encontro entre experiências estéticas, corporais, linguísticas e culturais, sendo a escola um espaço privilegiado de mediação entre o sujeito infantil e os múltiplos universos simbólicos que atravessam a vida social.

A cultura, longe de ser um elemento acessório do currículo, configura-se como dimensão constitutiva da formação humana, produzida e recriada continuamente nas interações sociais (GEERTZ, 1989). Ao adentrar o espaço escolar, a criança traz consigo saberes, práticas e referências culturais oriundas de sua família, de sua comunidade e de seu território, que precisam ser reconhecidas, valorizadas e ampliadas pelas propostas pedagógicas. Nesse sentido, a escola assume a responsabilidade de promover experiências que possibilitem à criança apropriar-se criticamente de diferentes expressões culturais, ampliando seu repertório e fortalecendo processos identitários, em consonância com os princípios da diversidade, da equidade e da inclusão.

No campo da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais enfatizam que as práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando experiências que promovam o desenvolvimento in-

tegral em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos, sociais e culturais. Essa concepção reforça a compreensão de que aprender, na infância, implica vivenciar, explorar, expressar-se e interagir, em processos mediados por linguagens diversas, entre as quais se destacam as linguagens artísticas, corporais e musicais. Tais linguagens constituem vias privilegiadas para o acesso à cultura e para a construção de significados, permitindo que a criança interprete e ressignifique o mundo que a cerca (VYGOTSKY, 2007).

No contexto brasileiro, marcado por intensa diversidade étnica, regional e cultural, a valorização da brasilidade na Educação Infantil adquire relevância particular. Entende-se por brasilidade um conjunto plural de expressões culturais, estéticas, linguísticas e simbólicas que constituem a identidade nacional em sua multiplicidade, resultante de processos históricos, sociais e políticos atravessados por matrizes indígenas, africanas e europeias. Trabalhar a brasilidade no currículo da infância implica reconhecer essa pluralidade como riqueza formativa, evitando leituras homogêneas ou estereotipadas da cultura nacional, e promovendo experiências que possibilitem às crianças o contato com diferentes manifestações culturais, como música, dança, artes visuais, narrativas orais e brincadeiras tradicionais.

No âmbito das políticas públicas educacionais, a Base Nacional Comum Curricular estabelece que a Educação Infantil deve assegurar direitos de aprendizagem que envolvem conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, enfatizando a centralidade das experiências culturais e estéticas no desenvolvimento infantil. De modo convergente, o Currículo da Cidade de São Paulo propõe uma abordagem que reconhece a criança como sujeito histórico, cultural e de direitos, valorizando o território, as culturas locais e a diversidade como fundamentos das práticas pedagógicas. Tais orientações reforçam a necessidade de projetos pedagógicos que articulem o cotidiano escolar às referências culturais do contexto social, promovendo vínculos entre escola, família e comunidade.

Entretanto, apesar dos avanços normativos e conceituais, observa-se que a presença da cultura brasileira no cotidiano da Educação Infantil ainda se dá, em muitos contextos, de forma pontual, fragmentada ou restrita a datas comemorativas, frequentemente marcada por abordagens folclorizantes e descontextualizadas. Essa lógica limita o potencial formativo das experiências culturais e reduz a complexidade da brasilidade a representações simplificadas, esvaziando seu caráter crítico, histórico e identitário. Torna-se, portanto, imprescindível repensar a organização curricular e as práticas pedagógicas, de modo a integrar a cultura brasileira como eixo transversal e estruturante de projetos anuais, sustentados por intencionalidade educativa, curadoria cultural qualificada e escuta sensível das infâncias.

À luz da perspectiva histórico-cultural, compreende-se que o desenvolvimento humano ocorre por meio de processos de mediação simbólica, nos quais a cultura desempenha papel central na constituição das funções psicológicas superiores. Assim, ao proporcionar experiências culturais diversificadas, a escola amplia as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento, favorecendo a internalização de signos, valores e significados socialmente construídos. Nessa direção, trabalhar com música, dança, artes visuais e narrativas populares não apenas enriquece o repertório estético das crianças, mas também contribui para a formação de sujeitos sensíveis, críticos e culturalmente situados.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo discutir fundamentos teóricos e orientações pedagógicas para a elaboração de um projeto anual voltado à brasilidade na Educação Infantil, articulando manifestações culturais brasileiras às diretrizes curriculares e às práticas cotidianas da rede municipal de ensino de São Paulo. Busca-se refletir sobre o papel da escola na promoção de experiências culturais significativas, problematizando desafios e apontando caminhos para a construção de propostas que respeitem a diversidade, valorizem o território e reconheçam as crianças como produtoras de cultura. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma educação infantil comprometida com a formação integral, democrática e culturalmente referenciada.

CULTURA, INFÂNCIA E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A compreensão da cultura como dimensão estruturante do processo educativo constitui pressuposto fundamental para o trabalho pedagógico na Educação Infantil. Longe de ser concebida como um conjunto estático de tradições ou manifestações isoladas, a cultura é entendida como sistema simbólico dinâmico, produzido historicamente nas interações sociais e permanentemente ressignificado pelos sujeitos. Nesse sentido, a criança não ocupa posição passiva no universo cultural, mas participa ativamente da produção, da circulação e da transformação de significados, constituindo-se simultaneamente como sujeito e agente cultural.

A perspectiva contemporânea da infância rompe com concepções naturalizantes ou adultocêntricas, reconhecendo as crianças como sujeitos históricos, sociais e de direitos, capazes de interpretar, recriar e produzir cultura em seus contextos de vida (SARMENTO, 2005). Tal entendimento desloca o foco da educação infantil de uma lógica preparatória ou assistencialista para uma abordagem que valoriza a experiência, a expressão e a participação como eixos centrais do desenvolvimento. Assim, o currículo da Educação Infantil passa a ser concebido não como lista de conteúdos a serem transmitidos, mas como conjunto de experiências intencionalmente organizadas que possibilitam às crianças explorar linguagens, construir sentidos e ampliar repertórios culturais.

No âmbito das políticas educacionais brasileiras, essa concepção encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ao afirmarem que as práticas pedagógicas devem garantir experiências que promovam o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cultural (BRASIL, 2009). Ao enfatizar as interações e a brincadeira como eixos estruturantes, o documento reconhece que é por meio da vivência, da experimentação e da mediação simbólica que a criança se apropria de conhecimentos e valores socialmente construídos. Nessa direção, a cultura constitui elemento transversal das práticas educativas, atravessando as diferentes linguagens e campos de experiência que estruturam o cotidiano escolar.

A Base Nacional Comum Curricular reforça tal entendimento ao definir a Educação Infantil como etapa em que se devem assegurar direitos de aprendizagem que envolvem conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, reconhecendo que tais direitos se concretizam em contextos culturalmente situados. A centralidade da cultura no desenvolvimento infantil é explicitada na valorização das experiências estéticas, corporais e artísticas como dimensões constitutivas do aprender e do formar-se. Ao promover contato com diferentes manifestações culturais, a escola amplia os horizontes simbólicos da criança e contribui para a construção de identidades plurais e socialmente referenciadas.

Do ponto de vista teórico, a perspectiva histórico-cultural oferece fundamentos consistentes para a compreensão da relação entre cultura e desenvolvimento. Para Vygotsky (2007), as funções psicológicas superiores têm origem nas interações sociais mediadas por instrumentos e signos culturais, sendo a linguagem o principal mediador da atividade humana. O desenvolvimento não é concebido como processo exclusivamente biológico, mas como construção histórica e social, na qual a cultura desempenha papel organizador das formas de pensar, sentir e agir. Nesse sentido, as experiências culturais proporcionadas no contexto escolar assumem função estruturante na constituição subjetiva da criança, ampliando suas possibilidades cognitivas, afetivas e sociais.

A incorporação da cultura ao currículo da Educação Infantil exige, portanto, uma concepção ampliada de currículo, entendida como prática social e política que expressa escolhas, valores e concepções de infância, educação e sociedade. O currículo não se reduz a prescrição normativa, mas materializa-se nas relações, nos espaços, nos tempos e nas interações que configuram o cotidiano escolar. Ao selecionar determinados repertórios culturais, linguagens e experiências, a escola produz sentidos e legitima saberes, exercendo papel decisivo na formação cultural das crianças.

Nesse contexto, torna-se imprescindível problematizar quais culturas são valorizadas no espaço educativo e de que modo são apresentadas às crianças. A hegemonia de determinadas matrizes culturais, em detrimento de outras, pode produzir invisibilizações e reforçar desigualdades simbólicas, limitando o reco-

nhecimento da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira (CANCLINI, 2008). Assim, trabalhar a cultura na Educação Infantil implica assumir postura crítica diante dos processos de seleção cultural, promovendo a ampliação de repertórios e o reconhecimento de múltiplas identidades.

No âmbito da rede municipal de São Paulo, o Currículo da Cidade propõe uma abordagem que articula infância, território e cultura como fundamentos das práticas pedagógicas, reconhecendo a criança como sujeito cultural que constrói sentidos a partir de suas experiências no mundo. Ao valorizar as culturas locais, as manifestações artísticas e os saberes comunitários, o documento aponta para a construção de propostas que dialoguem com o contexto sociocultural das crianças, fortalecendo vínculos entre escola, família e comunidade. Essa orientação converge com a perspectiva de que a educação infantil deve promover experiências significativas que articulem o cotidiano às referências culturais mais amplas.

Entretanto, a efetivação de um currículo culturalmente referenciado enfrenta desafios no cotidiano escolar. A fragmentação das propostas, a limitação de recursos formativos e a permanência de práticas tradicionais tendem a restringir a presença sistemática da cultura nas experiências educativas, reduzindo-a a eventos pontuais ou atividades descontextualizadas. Tal dinâmica compromete a continuidade e a profundidade dos processos formativos, esvaziando o potencial educativo das experiências culturais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender o currículo da Educação Infantil como espaço de produção cultural, no qual a criança não apenas consome referências, mas cria, interpreta e ressignifica manifestações culturais em processos mediados pela ação pedagógica. Ao organizar ambientes, tempos e materiais que favoreçam a experimentação estética, a expressão corporal e a exploração simbólica, o professor amplia as possibilidades de aprendizagem e contribui para a formação de sujeitos sensíveis, críticos e culturalmente situados. Assim, a cultura deixa de ocupar lugar periférico no currículo e passa a constituir eixo estruturante de projetos pedagógicos comprometidos com a formação integral e democrática.

BRASILIDADE, IDENTIDADE NACIONAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA INFÂNCIA

A noção de brasilidade constitui categoria complexa e multifacetada, resultante de processos históricos, sociais e culturais que configuraram a formação da identidade nacional brasileira. Longe de representar uma essência homogênea ou um conjunto fixo de traços culturais, a brasilidade expressa a pluralidade de matrizes étnicas, linguísticas, religiosas e simbólicas que compõem a sociedade brasileira, marcada por intensas interações entre povos indígenas, africanos e europeus ao longo da história. Nesse sentido, trabalhar a brasilidade na Educação Infantil implica reconhecer essa diversidade como elemento constitutivo da identidade nacional, evitando reducionismos, estereótipos e abordagens folclorizantes que empobrecem a complexidade do patrimônio cultural brasileiro.

A construção da identidade, compreendida como processo relacional e histórico, iniciasse na primeira infância por meio das interações sociais e das experiências simbólicas vivenciadas nos diferentes contextos de socialização (HALL, 2006). A escola, enquanto instituição cultural, desempenha papel fundamental nesse processo, ao selecionar repertórios, linguagens e narrativas que contribuem para a formação das representações que as crianças constroem sobre si mesmas, sobre o outro e sobre a sociedade. Assim, as práticas pedagógicas não são neutras: ao valorizar determinadas referências culturais em detrimento de outras, a escola participa ativamente da produção de identidades e da legitimação de saberes.

No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e raciais, a valorização da brasilidade na Educação Infantil adquire dimensão ética e política. Conforme destaca Munanga (2003), a construção da identidade nacional esteve historicamente associada a processos de invisibilização e hierarquização cultural, nos quais matrizes africanas e indígenas foram frequentemente marginalizadas em favor de referências eurocêntricas. Tal dinâmica produziu efeitos duradouros na constituição dos currículos escolares, contribuindo para a reprodução de estereótipos e para a desvalorização

de expressões culturais populares. Nesse cenário, trabalhar a brasilidade na infância implica promover uma educação comprometida com a diversidade, o reconhecimento e o enfrentamento das desigualdades simbólicas.

As políticas educacionais brasileiras vêm progressivamente incorporando essa perspectiva ao enfatizar a necessidade de valorização da diversidade cultural como princípio estruturante do currículo. A Constituição Federal assegura o respeito às manifestações culturais e ao patrimônio imaterial como direitos fundamentais, reconhecendo a pluralidade como fundamento da identidade nacional. No campo educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que o ensino deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, promovendo o respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais (BRASIL, 1996). Esses dispositivos normativos oferecem respaldo para a construção de propostas pedagógicas que integrem a cultura brasileira de modo sistemático e intencional ao currículo da Educação Infantil.

A Base Nacional Comum Curricular reforça tal orientação ao reconhecer a diversidade cultural como dimensão constitutiva do desenvolvimento infantil e ao valorizar experiências que possibilitem às crianças explorar diferentes linguagens, expressões artísticas e manifestações culturais. Ao enfatizar os campos de experiência relacionados à expressão, à corporeidade e às interações, o documento aponta para a centralidade das práticas culturais na formação integral, reconhecendo que aprender envolve acessar, interpretar e produzir significados em contextos culturalmente situados.

Nesse contexto, a música, a dança, as artes visuais e as narrativas populares constituem linguagens privilegiadas para o trabalho com a brasilidade na infância. O samba, enquanto expressão artística de origem afro-brasileira, representa não apenas um gênero musical, mas um patrimônio cultural que articula história, memória, corporeidade e identidade coletiva (SODRÉ, 1998). Ao explorar ritmos, movimentos e narrativas associados ao samba, a escola possibilita às crianças o contato com matrizes culturais historicamente marginalizadas, promovendo reconhecimento, pertencimento e valorização da herança africana na formação cultural brasileira.

De modo semelhante, as artes visuais e a estética das cores oferecem caminhos fecundos para a exploração da brasilidade na Educação Infantil. A tradição artística brasileira, marcada pela diversidade de estilos, técnicas e referências regionais, possibilita às crianças acessar diferentes formas de representação do mundo, ampliando repertórios estéticos e desenvolvendo sensibilidade visual (BARBOSA, 2010). Ao trabalhar com cores, texturas, materiais naturais e imagens inspiradas em contextos brasileiros, a escola favorece processos de criação e expressão que articulam percepção, emoção e imaginação.

A dança, por sua vez, constitui linguagem corporal que articula movimento, ritmo e expressão simbólica, configurando-se como prática cultural profundamente enraizada na história brasileira. As manifestações populares, como cirandas, cocos, maracatus e danças regionais, expressam narrativas coletivas que integram corporeidade, musicalidade e sociabilidade. Ao vivenciar essas experiências no espaço escolar, as crianças ampliam sua consciência corporal, desenvolvem competências socioemocionais e constroem vínculos com tradições culturais do território.

Entretanto, a incorporação dessas linguagens ao currículo exige cuidado para evitar abordagens superficiais ou estereotipadas. Conforme alerta Candau (2012), a valorização da diversidade cultural não pode limitar-se à celebração episódica de diferenças, mas deve constituir princípio estruturante das práticas pedagógicas, orientando escolhas curriculares, organização dos tempos e dos espaços e processos de formação docente. Trabalhar a brasilidade implica reconhecer tensões, conflitos e assimetrias que atravessam a cultura brasileira, promovendo uma educação crítica e emancipatória desde a infância.

No âmbito da rede municipal de São Paulo, o Currículo da Cidade propõe que as práticas pedagógicas articulem infância, cultura e território como fundamentos da ação educativa, reconhecendo as crianças como sujeitos culturais que constroem sentidos a partir de suas experiências no mundo88. Ao valorizar saberes comunitários, manifestações artís-

ticas locais e a diversidade étnico-racial, o documento aponta para a construção de projetos pedagógicos que dialoguem com a realidade sociocultural das crianças, fortalecendo processos identitários e promovendo pertencimento.

Dessa forma, trabalhar a brasilidade na Educação Infantil não se reduz à introdução de conteúdos culturais no currículo, mas implica reorganizar as práticas pedagógicas a partir de uma concepção ampliada de cultura e identidade. Ao promover experiências estéticas, corporais e simbólicas que valorizem a diversidade e reconheçam as crianças como produtoras de cultura, a escola contribui para a formação de sujeitos sensíveis, críticos e culturalmente situados, capazes de reconhecer-se como parte de uma coletividade plural e historicamente constituída.

PROJETOS PEDAGÓGICOS ANUAIS E PRÁTICAS CULTURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MÚSICA, DANÇA, ARTES, CORES E TERRITÓRIO

A elaboração de projetos pedagógicos anuais constitui estratégia fundamental para a organização curricular na Educação Infantil, possibilitando a articulação entre intencionalidade educativa, continuidade das experiências e aprofundamento dos processos formativos. Ao estruturar um projeto anual voltado à brasilidade, a escola assume a cultura como eixo integrador do currículo, superando abordagens episódicas e garantindo a presença sistemática de experiências estéticas, corporais e simbólicas no cotidiano das crianças (OLIVEIRA, 2010). Essa organização favorece a construção de percursos pedagógicos coerentes, nos quais diferentes linguagens e campos de experiência se articulam em torno de um eixo temático comum.

No contexto da Educação Infantil, os projetos pedagógicos assumem função mediadora entre as diretrizes curriculares e a prática cotidiana, permitindo que princípios normativos sejam traduzidos em experiências concretas e significativas. A Base Nacional Comum Curricular orienta que o planejamento das propostas deve assegurar direitos de aprendizagem por meio de experiências que envolvam interação, brincadeira, exploração e expressão, reconhecendo a centralidade das linguagens artísticas e corporais no desenvolvimento infantil (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, o projeto anual de brasilidade configura-se como espaço privilegiado para integrar música, dança, artes visuais, literatura oral e brincadeiras tradicionais, articulando tais linguagens aos interesses e repertórios das crianças.

A música ocupa lugar central nesse processo, constituindo linguagem potente para a expressão de emoções, a construção de vínculos e a ampliação de repertórios culturais. O trabalho com gêneros musicais brasileiros, como o samba, possibilita às crianças o contato com ritmos, instrumentos e narrativas que expressam dimensões históricas e identitárias da cultura nacional. Ao explorar canções, rodas musicais e jogos rítmicos, o professor promove experiências que articulam escuta, movimento e criação, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade musical e da consciência corporal. Além disso, a música atua como mediadora das interações sociais, fortalecendo processos de cooperação, pertencimento e expressão coletiva.

A dança, enquanto linguagem corporal, constitui extensão natural dessas experiências, permitindo que as crianças expressem ritmos, emoções e narrativas por meio do movimento. As manifestações populares brasileiras oferecem amplo repertório de possibilidades pedagógicas, integrando corporeidade, musicalidade e sociabilidade. Ao vivenciar cirandas, cocos, danças regionais e brincadeiras cantadas, as crianças ampliam sua percepção corporal, desenvolvem coordenação motora e constroem relações com tradições culturais do território. Tais experiências contribuem não apenas para o desenvolvimento físico, mas também para a formação identitária e para o reconhecimento de si como parte de uma coletividade culturalmente situada.

As artes visuais e a exploração da estética das cores constituem outro eixo fundamental do projeto de brasilidade. A tradição artística brasileira, marcada pela diversidade de estilos, técnicas e referências regionais, oferece múltiplas possibilidades para a criação e a expressão na infância (BARBOSA, 2010). Ao trabalhar com materiais naturais, pigmentos, tecidos, cerâmicas e imagens inspiradas em contextos brasileiros, a escola favorece experiências sensoriais que articulam percepção, emoção e imaginação. A or-

ganização de ateliês, painéis coletivos e produções tridimensionais possibilita às crianças experimentar diferentes técnicas e linguagens, ampliando repertórios estéticos e desenvolvendo autonomia criativa.

A dimensão cromática, em particular, assume relevância simbólica no trabalho com a brasilidade. As cores intensas e contrastantes presentes em manifestações culturais, festas populares e produções artísticas brasileiras constituem linguagem visual que expressa vitalidade, diversidade e identidade coletiva. Ao explorar paletas inspiradas na natureza, nas festas populares e nas expressões urbanas, o professor possibilita às crianças construir relações entre estética, território e cultura, promovendo processos de leitura e produção de imagens culturalmente situadas.

O território configura-se como dimensão estruturante do projeto pedagógico anual, ao articular cultura, memória e pertencimento. Conforme orienta o Currículo da Cidade de São Paulo, as práticas pedagógicas devem dialogar com o contexto sociocultural das crianças, valorizando saberes comunitários, manifestações locais e experiências cotidianas. A investigação do entorno, as visitas a espaços culturais, a escuta de narrativas familiares e o contato com artistas e grupos locais ampliam as possibilidades de aprendizagem e fortalecem vínculos entre escola, família e comunidade. Tais experiências contribuem para que a criança reconheça o território como espaço de produção cultural e de construção identitária.

A organização dos ambientes constitui elemento central para a efetivação dessas propostas. Espaços flexíveis, ricos em materiais simbólicos e esteticamente qualificados favorecem a exploração, a criação e a interação. A disposição de instrumentos musicais, tecidos, livros, imagens, objetos culturais e materiais naturais cria um ambiente provocador, no qual a criança é convidada a investigar, experimentar e expressar-se. Nessa perspectiva, o ambiente assume função pedagógica, atuando como terceiro educador na construção das experiências culturais.

Entretanto, a implementação de projetos anuais de brasilidade enfrenta desafios institucionais e formativos. A fragmentação curricular, a sobrecarga de demandas administrativas e a limitação de formação continuada podem comprometer a continuidade e a profundidade das propostas. Além disso, o risco de folclorização e estereotipação exige atenção permanente à qualidade das escolhas culturais e à intencionalidade pedagógica. Torna-se, portanto, imprescindível investir na formação docente, na curadoria cultural qualificada e na construção coletiva dos projetos, de modo a garantir coerência, diversidade e densidade formativa.

Dessa forma, os projetos pedagógicos anuais voltados à brasilidade configuram-se como instrumentos potentes para a construção de currículos culturalmente referenciados, capazes de articular teoria, política e prática em favor da formação integral. Ao integrar música, dança, artes, cores e território às experiências cotidianas, a escola promove aprendizagens significativas, fortalece identidades e contribui para a construção de uma educação infantil democrática, sensível e culturalmente situada.

CONCLUSÃO

A incorporação da brasilidade como eixo estruturante do currículo na Educação Infantil constitui estratégia pedagógica potente para a promoção de uma educação integral, culturalmente situada e comprometida com a formação de sujeitos sensíveis, críticos e socialmente referenciados. Ao compreender a cultura como dimensão constitutiva do desenvolvimento humano, a escola amplia o alcance de suas práticas, superando abordagens fragmentadas e reconhecendo as crianças como produtoras de sentidos, identidades e saberes.

O percurso teórico e analítico desenvolvido neste artigo evidenciou que trabalhar a brasilidade na infância implica reconhecer a pluralidade que caracteriza a sociedade brasileira, valorizando matrizes culturais diversas e promovendo experiências estéticas, corporais e simbólicas que ampliem repertórios e fortaleçam pertencimentos. A música, a dança, as artes visuais, a estética das cores e a investigação do território configuram-se como linguagens privilegiadas para a construção de experiências formativas significativas, capazes de articular emoção, cognição, expressão e interação em processos integrados de aprendizagem.

Os projetos pedagógicos anuais mostraram-se instrumentos fundamentais para a organização curricular dessas propostas, ao possibilitar continuidade, aprofundamento e coerência nas experiências culturais oferecidas às crianças. Ao integrar diferentes linguagens e articular teoria, política e prática, tais projetos contribuem para a construção de currículos mais democráticos, inclusivos e sensíveis à diversidade. Nesse contexto, a organização dos ambientes, a curadoria cultural qualificada e a mediação pedagógica assumem papel central na efetivação de propostas que respeitem os interesses das crianças e promovam autonomia criativa.

Entretanto, a consolidação de uma pedagogia da brasilidade na Educação Infantil exige enfrentamento de desafios institucionais, formativos e culturais. A superação de práticas pontuais, a prevenção de abordagens estereotipadas e o fortalecimento da formação docente configuram condições indispensáveis para a construção de propostas consistentes e eticamente comprometidas. Ao assumir a cultura como eixo estruturante do currículo, a escola reafirma seu papel como espaço de produção simbólica, formação cidadã e construção de identidades plurais.

Conclui-se, portanto, que trabalhar a brasilidade na Educação Infantil não se limita à inserção de conteúdos culturais no cotidiano escolar, mas implica reorganizar práticas, espaços e tempos a partir de uma concepção ampliada de infância, cultura e educação. Ao promover experiências que integrem estética, corporeidade e território, a escola contribui para a formação de sujeitos capazes de reconhecer-se como parte de uma coletividade diversa e historicamente constituída, fortalecendo os fundamentos de uma educação democrática, humanizadora e culturalmente referenciada.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União: Brasília, 18 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: mediações necessárias. Petrópolis: Vozes, 2012.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto

Alegre: Artmed, 2000.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME, 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Braga: Instituto de Estudos da Criança, 2005.

SODRÉ, Muniz. Samba, o dono do corpo. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.